Destaque Rural Nº 393

13 de Outubro de 2026

SACRIFICANDO RAPARIGAS PARA SERVIR A DÍVIDA: COMO A AUSTERIDADE MINA O COMBATE ÀS UNIÕES PREMATURAS

Carmeliza Rosário e Aslak Orre

INTRODUÇÃO

Em Agosto de 2024, em Machanga, Sofala, Gueta Chapo, então na campanha ao lado do marido, Daniel Chapo, apontou o casamento prematuro como prioridade, afirmando que: "[*constitui*] um mal e devemos continuar a educar as nossas crianças para que continuem os estudos, porque o lugar delas é [*n*]a escola e só podem casar depois de formadas."[1] Em Abril de 2025, já no papel de primeira dama, em Changara, Tete, voltou a exigir "das autoridades e parceiros [*a*] adopção de estratégias e medidas arrojadas para combater as uniões prematuras."[2]

No entanto, manter as raparigas na escola e atrasar as uniões prematuras custa dinheiro, incluindo pagar a professores, financiar programas de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes, e protecção social que evite que a fome ou a falta de dinheiro em casa as tire da sala de aula. As medidas arrojadas exigidas pela primeira-dama colidem com as escolhas orçamentais do governo liderado pelo seu marido que, no programa acordado com o FMI, prioriza sistematicamente o serviço da dívida sobre o investimento social. Entretanto, o apoio social externo também tem vindo a reduzir dramaticamente.

Desde 2023, as falhas num novo sistema de salários, agravadas por restrições crónicas de liquidez, deixaram milhares de professores e profissionais de saúde sem receber durante meses, provocando greves, absentismo e um aumento do incumprimento de créditos contraídos por funcionários públicos.[3] O Subsídio Social Básico (PSSB), o principal programa de assistência social do país, viu a sua taxa de execução orçamental

[1] Agência de Informação de Moçambique (AIM). (2024, 25 de Agosto). *Esposa de Chapo aponta casamento prematuro como um mal que urge combater vigorosamente*. https://aimnews.org/2024/08/25/esposa-de-chapo-aponta-casamento-prematuro-como-um-mal-que-deve-ser-combatido-vigorosamente/.

[2] O País. (2025, 14 de Abril). *Primeira-Dama quer acções para combater uniões prematuras*. https://opais.co.mz/primeira-dama-quer-accoes-para-combater-unioes-prematuras/.

[3] Centro de Integridade Pública (CIP). (2023). *Impacto económico do atraso no pagamento de salários na função pública* (Edição nr. 10). https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/07/Impacto-economico-do-atraso-no-pagamento-.pdf.

cair de 23%, em 2023, para apenas 5% em 2024,[4] com a maioria dos beneficiários a ficar, pelo menos, oito meses sem receber transferências.[5]

Este texto está organizado em quatro partes, que, no conjunto, demonstram como a dívida impacta negativamente a vida de raparigas, em particular as mais pobres e nas zonas rurais, por reduzir o orçamento nos sectores que permitem diminuir a vulnerabilidade às uniões prematuras e a gravidezes precoces. A primeira parte mostra como o serviço da dívida pesa hoje sobre a receita do Estado, tanto quanto pesava aquando do perdão da dívida, dentro da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). A segunda, relaciona o impacto da austeridade governamental sobre a vida das raparigas rurais, evidenciando o alargamento do fosso nas uniões prematuras entre as raparigas nos agregados mais pobres e nos mais ricos, bem como entre os rurais e os urbanos. Tal produz custos económicos e sociais sobre a saúde, educação e capacidade produtiva destas raparigas, que prejudicam o país por gerações. A terceira, mostra como a retirada simultânea do Estado e dos doadores deixa estas raparigas com uma rede de protecção precária. A quarta e última parte apresenta recomendações concretas sobre receita, dívida e prioridades orçamentais, destinadas a reverter este quadro.

DÍVIDA PREDADORA

Medida em função do PIB, a dívida pública moçambicana tem vindo a descer desde o pico de 2016. No entanto, quando medida em relação à receita do Estado, a crise agravou-se substancialmente. Em 1998/99, antes do perdão da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC, o serviço da dívida consumia 23% da receita do Estado, um peso já então considerado insustentável, suficiente para justificar o seu cancelamento internacional. Em 2025, o serviço da dívida absorveu cerca de 55% da receita pública. O pagamento de juros, por si, aproxima-se do peso relativo que, um quarto de século antes, havia justificado o alívio da dívida.

[4] Centro de Integridade Pública (CIP). (2025). *Subsídio Social Básico falha metas e aprofunda crise social no país: Apenas 5% do subsídio social básico foi pago em 2024*. https://www.cipmoz.org/2025/07/16/subsidio-social-basico-falha-metas-e-aprofunda-crise-social-no-pais-apenas-5-do-subsidio-social-basico-foi-pago-em-2024/.

[5] Borges Henriques, J., & Jones, S. (2026). *Building a social protection system under resource constraints: Mozambique's experience* (WIDER Working Paper 2026/31). UNU-WIDER. https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2026/706-0.

Tabela 1: Peso da dívida pública moçambicana face ao PIB e à receita do Estado, anos seleccionados[6]

Ano	Dívida pública (% do PIB)	Serviço da dívida (% da receita do Estado)	Pagamentos de juros (% do PIB)	Pagamentos de juros (% da receita do Estado)
1998/99 (pré-HIPC)	131	23	1,9	19*
2007 (pós-HIPC)	36	10	0,4	3*
2016 (pico Dívidas Ocultas)	136	50	3,0*	10*
2020 (COVID-19)	120	36*	3,1*	13*
2025 (actual)	91	55*	4,0	18*

Nota: * = calculado pelos autores a partir de dados fiscais do FMI; os restantes valores conforme indicado nas fontes citadas.

Entre a Iniciativa HIPC e o Escândalo das Dívidas Ocultas, a dívida pública voltou a acumular durante o *boom* de investimento na exploração de recursos naturais, atingindo 136% do PIB e 50% da receita em 2016. Em 2025, apesar de uma dívida nominalmente mais baixa (91% do PIB), o serviço da dívida pesa mais sobre as finanças públicas do que em qualquer outro momento, incluindo no pico em 2016.

A primeira-dama tem razão quando diz que é fundamental manter a rapariga na escola. A escolarização é a protecção mais forte contra o casamento e a gravidez precoces; as raparigas fora da escola são as mais vulneráveis a serem forçadas ao casamento.[7] Mas um sector que não paga aos seus professores durante meses não consegue manter as raparigas na escola. Quando os professores se ausentam, reduzindo a credibilidade do ensino, e as famílias se sentem pressionadas financeiramente, as raparigas rurais tendem a ser as primeiras a sair do sistema.

Adicionalmente, os cortes sobre a massa salarial recaem com mais força precisamente nos sectores onde as mulheres constituem a maioria, tanto como força de trabalho, ou como beneficiárias: 52,7% da força de trabalho da saúde[8] e 64,7% dos beneficiários da

[6] **Fontes:** elaborado pelos autores com base em International Monetary Fund. (2025). *Public finances in modern history database* [Data set]. https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/FPP; Castro, P., Junquera-Varela, R., Schenone, O., & Teixeira, A. (2009). *Evaluation of reforms in tax policy and administration in Mozambique and related TA, 1994–2007*. International Monetary Fund. https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/090109b.pdf.

[7] Nhampoca, J. M. D., & Maritz, J. (2022). Early marriage and adolescent pregnancy in Mozambique. African Journal of Reproductive Health, 26(3), 114–123. https://doi.org/10.29063/ajrh2022/v26i3.13.

[8] Fernandes, Q., Augusto, O., Machai, H., Pfeiffer, J., Carone, M., Pinto, N., Carimo, N., Ramiro, I., Gloyd, S., & Sherr, K. (2023). Scrutinizing human resources for health availability and distribution in Mozambique between 2016 and 2020: A subnational descriptive longitudinal study. *Human Resources for Health, 21*(1), Article 33. https://doi.org/10.1186/s12960-023-00815-7.

assistência social.[9] No sector da educação, as mulheres compõem 50,4% do corpo docente,[10] uma maioria que se dissolve nos níveis seguintes, à medida que a autoridade pedagógica se torna cada vez mais masculina. Importa salientar que, quando os serviços sociais contraem, o trabalho de reprodução social (que inclui cuidar de crianças, doentes e idosos) transfere-se, principalmente e sem remuneração, para mulheres e raparigas.

O FARDO SOBRE AS COSTAS DA RAPARIGA RURAL

A pobreza tem um impacto nítido nas uniões prematuras e gravidezes em adolescentes. Em 2003, 65% das raparigas dos agregados mais pobres haviam tido filhos antes dos 18 anos, contra 40% dos agregados mais ricos — o que, na altura, representava um fosso de 25 pontos percentuais.[11] Duas décadas depois, esse fosso quase duplicou. Em 2023, depois do Escândalo das Dívidas Ocultas e de sucessivas vagas de austeridade, 56,8% das raparigas mais pobres haviam tido filhos antes dos 18 anos. Entre as mais ricas, a percentagem caiu para apenas 12,7%. O fosso entre os dois quintis quase duplicou, para 44 pontos. Crucialmente, a prevalência das uniões prematuras representa mais do dobro em zonas rurais (35% das raparigas de 15-17 anos) que nas zonas urbanas (15%).[12] Os agregados mais pobres concentram-se, sobretudo, nas regiões Centro e Norte, e nas zonas rurais. Dessa forma, o fardo da austeridade está a recair sobre as famílias rurais mais pobres, com impacto mais profundo nas suas filhas.

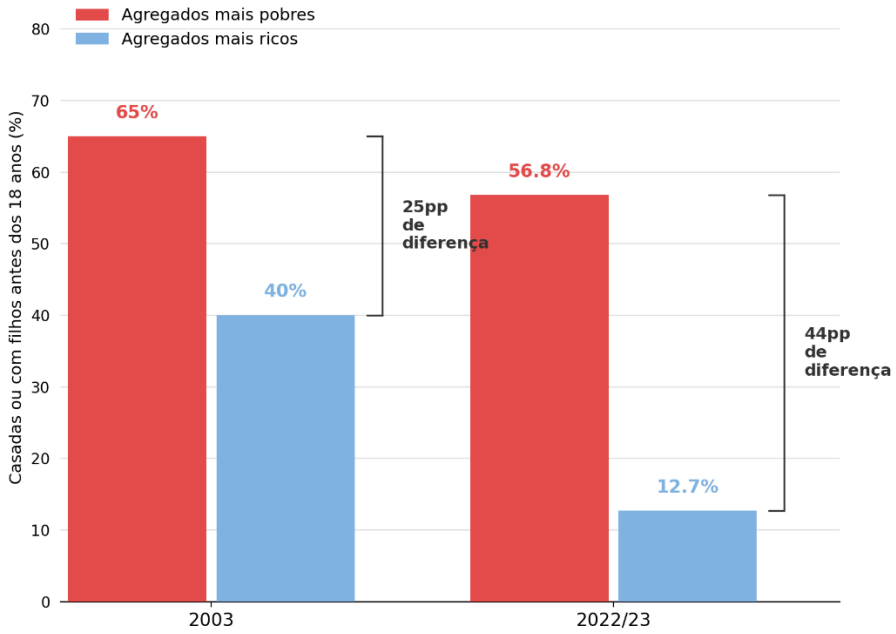
[9] International Labour Organization (ILO). (2024). *Mozambique country profile* [Social protection data]. https://www.social-protection.org/gimi/ShowCountryProfile.action?iso=MZ

[10] Observatório das Mulheres. (2025). *Barómetro das Mulheres: Informe Anual sobre o Estado das Mulheres em 2024*. Observatório das Mulheres. https://observatoriomulheres.org.

[11] World Bank. (2024). *Pathways to prosperity for adolescent girls in Mozambique*. World Bank. http://hdl.handle.net/10986/43376.

[12] United Nations Population Fund (UNFPA). (2020). *Trends and patterns of child marriage in Mozambique: Evidence from the 2017 Census*. UNFPA Mozambique. https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_mozambique_child_marriage_brief_july_2020.pdf.

Figura 1. Uniões prematuras, fFosso entre os quintis mais pobres e mais ricos[13]



Este fosso reflecte um padrão mais amplo de desigualdade. Moçambique é hoje o nono país mais desigual do mundo, com um coeficiente de Gini de 0,5.[14] A desigualdade, que havia estagnado entre 1996/97 e 2008/09, tem vindo a subir de forma acentuada desde então. O fosso entre agregados mais ricos e mais pobres tem-se alargado precisamente desde 2014/15, coincidindo com o início da crise da dívida e do actual ciclo de austeridade.[15] Castel-Branco e Greco explicam que o padrão de crescimento do país está "muito melhor desenhado para criar milionários do que para reduzir a pobreza" (2022, p. 2).[16]

O deslocamento fiscal para o serviço da dívida atinge directamente os sectores de que uma rapariga depende para se manter na escola e adiar a gravidez. A educação recebeu, em média, 6,3% do PIB e 15% da despesa do governo entre 2010 e 2020, mas a despesa real começou a cair a partir de 2015, e o investimento (por oposição a salários) tornou-se cada vez mais dependente de financiamento externo. O rácio entre investimento e

[13] **Fontes:** World Bank. (2011). *Reproductive health at a glance: Mozambique*. World Bank; World Bank. (2024). *Pathways to prosperity for adolescent girls in Mozambique*. World Bank. **Nota:** o valor de 2003 mede maternidade precoce antes dos 18 anos; o valor de 2022/23 mede casamento ou maternidade antes dos 18/19 anos.

[14] International Monetary Fund. (2024b). *Republic of Mozambique: National Development Strategy 2025–2044* (IMF Country Report No. 24/238), p. 111. https://www.imf.org/-/media/files/publications/cr/2024/english/1mozea2024004.pdf.

[15] Barletta, G., Ibraimo, M., Salvucci, V., Sarmento, E., & Tarp, F. (2024). The evolution of inequality in Mozambique 1996/97–2019/20. *Development Southern Africa, 41*(6), 1179–1213. https://doi.org/10.1080/0376835X.2024.2398545.

[16] Castel-Branco, C. N., & Greco, E. (2022). Mozambique – neither miracle nor mirage. *Review of African Political Economy, 49*(171), 1–10. https://doi.org/10.1080/03056244.2022.2047297. Citação original: "Mozambique's growth pattern is far better designed to create millionaires than to reduce poverty."

despesa corrente colapsou de 40:60 em 2008 para 17:83 em 2018.[17] A saúde teve um destino semelhante. A despesa manteve-se sempre abaixo do compromisso de 15% assumido em Abuja em 2001. Em termos reais per capita, a despesa na saúde caiu de USD 28,69 em 2018 para USD 15,41 até 2020, o que representa apenas um quarto do que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável exigem.[18] Em 2016, os juros da dívida pública já equivaliam à totalidade do orçamento da saúde do país, e têm subido desde então.[19]

A protecção social seguiu uma trajectória ainda mais extrema. As dotações orçamentais quase triplicaram entre 2008 e 2015, subindo de 0,18% para 0,50% do PIB. Até 2015, o Estado financiava 94% das transferências sociais, um arranjo que dependia do que Buur e Salimo chamam um "acordo silencioso" (2018, p.8) onde os doadores financiavam substancialmente parte do orçamento geral do Estado, libertando recursos domésticos para a protecção social. [20] Esse arranjo colapsou em 2016, quando o apoio orçamental geral foi suspenso após o Escândalo das Dívidas Ocultas. Em 2024, o contributo do Estado para a protecção social havia caído para 0,0002% do PIB. O Estado optou por proteger a massa salarial da função pública que consome, só por si, cerca de 15% do PIB, mais de metade da receita total do governo.[21] Embora essa protecção não tenha conseguido proteger a capacidade de aquisição dos funcionários públicos, cujos salários reais reduziram para cerca de metade no mesmo período.[22]

---

[17] World Bank. (2023). *Mozambique public expenditure review: Rebalancing public spending for resilience and equity*. World Bank. https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099060323164523800; UNICEF Mozambique. (2018). *Budget brief 2018: Education sector*. UNICEF. https://www.unicef.org/esa/sites/unicef.org.esa/files/2019-04/UNICEF-Mozambique-2018-Education-Budget-Brief.pdf.

[18] Observatório do Cidadão para Saúde (OCTBGSS) & ActionAid Mozambique. (2021). *Budget dynamics of the health sector in Mozambique: Focusing on financing sexual and reproductive health and HIV and AIDS programmes*. OCTBGSS. https://www.observatoriodesaude.org/en/budget-dynamics-of-the-health-sector-in-mozambique-focusing-on-financing-sexual-reproductive-health-and-hiv-and-aids-programmes/; ThinkWell. (2023). *Health financing landscape in Mozambique: Scoping report ahead of the 2023 National Health Financing Dialogue*. SADC/P4H. https://p4h.world/app/uploads/2024/09/Mozambique-NHFD-report_final_ext.x69485.pdf.

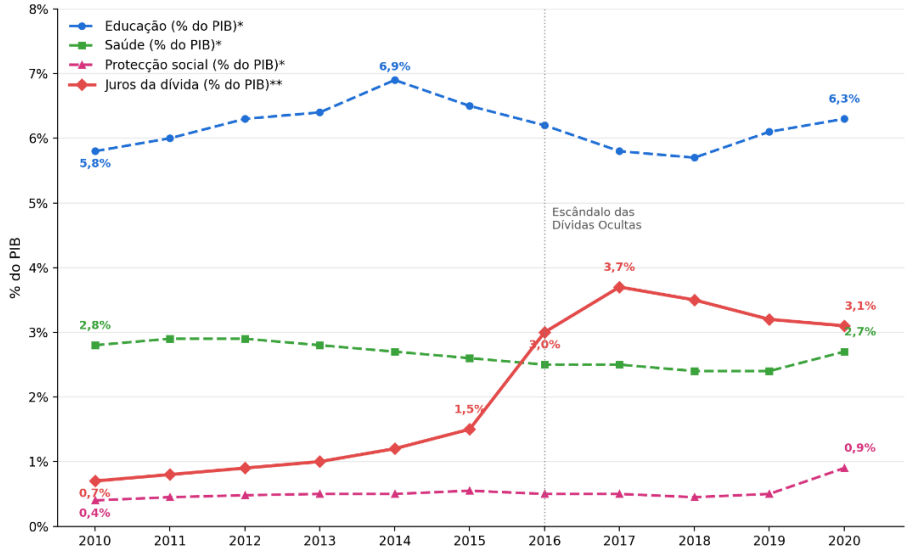
[19] International Monetary Fund. (2026). *Republic of Mozambique: 2025 Article IV Consultation — Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Mozambique* (IMF Country Report No. 26/45), p. 7. https://doi.org/10.5089/9798229040778.002.

[20] Buur, L., & Salimo, P. (2018). *The political economy of social protection in Mozambique* (ESID Working Paper No. 103). Effective States and Inclusive Development Research Centre, The University of Manchester. https://doi.org/10.2139/ssrn.3256333.

[21] Borges Henriques, J., & Jones, S. (2026). *Building a social protection system under resource constraints: Mozambique's experience* (WIDER Working Paper 2026/31). UNU-WIDER. https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2026/706-0.

[22] Aiuba, R. (2025). A vida mais cara em Moçambique: Análise da evolução do custo de vida entre 2002–2022 (Destaque Rural No. 319). Observatório do Meio Rural. https://omrmz.org/wp-content/uploads/2025/03/DR-319.pdf.

Figura 2. Despesa nos sectores sociais vs. juros da dívida por percentagem do PIB[23]



As consequências do fardo que recai sobre as raparigas mais pobres estendem-se para além da sua própria vida. O Índice de Capital Humano de Moçambique, de 0,36, significa que uma criança nascida hoje atingirá apenas 36% do seu potencial produtivo.[24] A malnutrição, frequentemente associada a agregados com mulheres em uniões prematuras, por si só, custou à economia um valor estimado em 11% do PIB em 2015, de forma agregada — através de custos acrescidos de saúde (por doença e mortalidade infantil associadas à subnutrição), de educação (por repetências e abandono escolar) e de produtividade (por menor capacidade física e cognitiva, de origem congénita).[25] A situação tem vindo a piorar desde então nas províncias do Norte, onde a falta de investimento social soma-se ao actual conflito e crises climáticas. Aqui, a prevalência de atraso no crescimento infantil (*stunting*) subiu de 44,5% em 2022 para 52% em 2023.[26] Entretanto, mulheres em uniões prematuras ganham, em adultas, em média 9% menos do que teriam ganho se tivessem casado mais tarde, sobretudo por perda de

[23] **Fontes:** World Bank. (2023). Mozambique public expenditure review: Rebalancing public spending for resilience and equity. World Bank. https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099060323164523800; International Monetary Fund. (2024a). Republic of Mozambique: 2024 Article IV Consultation, Fourth Review Under the Three-Year Arrangement Under the Extended Credit Facility, Requests for Modifications of Quantitative Performance Criteria, Waiver of Nonobservance of Quantitative Performance Criteria, and Financing Assurances Review — Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for the Republic of Mozambique (IMF Country Report No. 24/219). https://doi.org/10.5089/9798400285233.002. **Nota (*):** valores aproximados com base em dados de tendência do World Bank Public Expenditure Review (2023) e da base de dados BOOST/e-SISTAFE; dados de execução anual consistentes para 2021 em diante não estão disponíveis numa única fonte comparável. **Nota (**):** valores de pagamento de juros confirmados ou derivados de tabelas fiscais do FMI.

[24] World Bank. (2020). *The human capital index 2020 update: Human capital in the time of COVID-19*. World Bank.

[25] African Union. (2021). *The cost of hunger in Africa: Social and economic impact of child undernutrition* (Continental report). African Union Commission. https://au.int/sites/default/files/documents/41660-doc-COHA_CONTINENTAL_REPORTEnglish20211.pdf.

[26] UNICEF. (2024). *Mozambique country profile: Global Programme to End Child Marriage*. UNICEF.

escolaridade.[27] A união prematura está também associada à maior exposição à violência do parceiro íntimo, com custos económicos adicionais, através de despesas de saúde, custos judiciais, agravados por perda de produtividade. [28] Por outro lado, mães com mais escolaridade estão fortemente associadas a filhos com melhores resultados educativos e com probabilidade de melhores resultados económicos para si e para o país.[29]

UM LEITO SEM ALMOFADA

Ao longo de quase duas décadas, a resposta característica do governo ao descontentamento popular resultante do agravamento das condições económicas do país tem sido oferecer um alívio pontual, em vez de resolver as causas estruturais. Em 2008, a subida do preço dos combustíveis provocou motins que levaram o governo a revogar o aumento e restabelecer subsídios. Em 2010, uma nova vaga de motins, devido à subida do custo de alimentos, combustível e electricidade, teve uma resposta semelhante. As isenções de IVA sobre bens básicos (açúcar, óleo alimentar, sabão) seguem a mesma lógica. Introduzidas em 2007, expiraram no final de 2023, exactamente quando os juros da dívida voltaram a disparar, impulsionados pelo crescimento acelerado da dívida doméstica. Acabaram por ser reinstituídas em 2025, depois de uma vaga de protestos nacionais na sequência das eleições gerais de Outubro de 2024.[30]
Enquanto o Estado amortecia as dificuldades económicas de forma paliativa, os doadores desempenhavam um papel paralelo de protecção dos sectores sociais, financiando uma parte substancial da despesa em educação e saúde. Mas essa almofada tem vindo a esvair-se de forma constante, com queda mais acentuada após o escândalo das dívidas ocultas e com maior impacto no sector da educação.[31] Uma oscilação mais brusca tem acontecido no sector da protecção social, mas no sentido contrário. O financiamento externo cobria apenas 4% do orçamento do sector em 2016. Em 2018/19, disparou para 17%, imediatamente após a eclosão do conflito no Norte de Moçambique; subindo para

[27] Wodon, Q., Male, C., Nayihouba, A., Onagoruwa, A., Savadogo, A., Yedan, A., Edmeades, J., Kes, A., John, N., Murithi, L., Steinhaus, M., & Petroni, S. (2017). *Economic impacts of child marriage: Global synthesis report*. World Bank and International Center for Research on Women. https://documents1.worldbank.org/curated/en/530891498511398503/pdf/116829-WP-P151842-PUBLIC-EICM-Global-Conference-Edition-June-27.pdf

[28] Fan, S., & Koski, A. (2022). The health consequences of child marriage: A systematic review of the evidence. *BMC Public Health, 22*(1), Article 309. https://doi.org/10.1186/s12889-022-12707-x; Ouedraogo, R., & Stenzel, D. (2021). *The Heavy Economic Toll of Gender-based Violence: Evidence from Sub-Saharan Africa* (IMF Working Paper No. 21/277). International Monetary Fund. https://doi.org/10.5089/9781557754073.001; Tchamo, S., Mucambe, M., José, G., Manuel, B., & Mataveia, G. (2021). Economic Costs of Violence Against Women in Mozambique. *Journal of Interpersonal Violence*. https://doi.org/10.1177/088626051989844.

[29] Dendir, S. (2023). Intergenerational educational mobility in Sub-Saharan Africa. *World Development Sustainability*, 2, 100072. https://doi.org/10.1016/j.wds.2023.100072; Karra, M., Canning, D., & Wilde, J. (2017). The effect of fertility decline on economic growth in Africa: A macrosimulation model. Population and Development Review, 43, 237-263. https://doi.org/10.1111/padr.12009.

[30] Aiuba, R. (2025). A vida mais cara em Moçambique: Análise da evolução do custo de vida entre 2002–2022 (Destaque Rural No. 319). Observatório do Meio Rural. https://omrmz.org/wp-content/uploads/2025/03/DR-319.pdf.

[31] UNESCO. (2026). Mozambique. Global Education Monitoring Report: Country case studies. UNESCO. https://www.unesco.org/gem-report/en/2026-gem-report-country-case-studies/mozambique.

44% em 2020, e 51% em 2021, quase inteiramente por via do apoio de emergência da COVID-19.[32] Entretanto, o valor residual que corresponde à contribuição do Estado não chega aos mais necessitados. Uma parte significativa dos já limitados desembolsos do Subsídio Social Básico é absorvida por custos administrativos (policiamento, combustível, diárias para técnicos) em vez de chegar directamente às famílias.[33] A dependência excessiva em financiamento externo ficou evidente com o desmantelamento da USAID em 2025, que perturbou programas de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes em Moçambique. Só como exemplo, o sistema de prevenção do HIV dependia do financiamento dos Estados Unidos em 81,8%.[34]

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Estado moçambicano não pode continuar a contar com o apoio externo para acolchoar as suas responsabilidades para com as raparigas mais vulneráveis do país. Se não se sente motivado por razões morais ou de equidade, deve, pelo menos, considerar as razões de ordem económica e política. Reverter as desigualdades e falta de oportunidade que afectam cada vez mais famílias exige mudanças concretas sobre como a receita do Estado é gerada, como a dívida é gerida, e como o orçamento protege a despesa social.

1. Captura progressiva da receita da indústria extractiva

A receita do gás e o resto da indústria extractiva constitui uma fonte de capital doméstico suficiente para financiar o serviço da dívida de Moçambique. No entanto, necessita de um modelo diferente de acumulação. Esta mudança constituiu uma recomendação recorrente de analistas da economia moçambicana,[35] que necessita de ser acatada, antes que quaisquer outras recomendações possam funcionar. A economia deve ser posta ao serviço da maioria, gerando crescimento nos sectores não-extractivos, algo historicamente dificultado por depender de um sector privado nacional que seja forte e

[32] Oliveira, M. C., & Almeida Cravo, T. (2021). Social protection and cash transfers in Mozambique: Between international consensus and local agency. Cadernos de Estudos Africanos, (41), 165–194. https://doi.org/10.4000/cea.6474; UNICEF Mozambique. (2021). *Mozambique social action budget brief 2021* [Summary version]. UNICEF. https://www.unicef.org/mozambique/media/3826/file/2021%20Social%20Action%20Budget%20Brief%20Summary%20Version.pdf.

[33] Centro de Integridade Pública. (2025). Subsídio Social Básico falha metas e aprofunda crise social no país: Apenas 5% do subsídio social básico foi pago em 2024. https://www.cipmoz.org/2025/07/16/subsidio-social-basico-falha-metas-e-aprofunda-crise-social-no-pais-apenas-5-do-subsidio-social-basico-foi-pago-em-2024/

[34] UNAIDS. (2025, March 31). Impact of US funding cuts on HIV programmes in East and Southern Africa [Feature story]. Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2025/march/20250331_ESA-region_fs.

[35] Vide por exemplo: Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016a). *Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva* (IDeIAS n.º 89). IESE. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf.

independente da captura de renda das elites políticas.[36] Tal alargaria a base tributária e, com ela, o espaço fiscal para despesa e investimento social. A receita adicional deve, no entanto, ser cobrada de forma progressiva. Em contrapartida, alargar a base através de impostos ao consumo transfere o peso do ajustamento para os mais pobres.

2. Renegociar a dívida e reorganizar o orçamento com enfoque social

A própria dívida precisa de ser renegociada, como também vários outros analistas têm vindo a recomendar.[37] A avaliação do próprio FMI reconhece que é insustentável e está em incumprimento selectivo na componente em moeda local;[38] ao mesmo tempo, o Estado optou por liquidar, antecipadamente e na totalidade, a sua dívida ao FMI, demonstrando o seu estatuto preferencial. Entretanto, a banca doméstica e vários credores bilaterais externos continuam a enfrentar atrasos.[39] A renegociação exige, contudo, confiança dos credores. As autoridades moçambicanas têm trabalhado para a reconstruir, adoptando legislação contra o branqueamento de capitais que garantiu a saída do país da lista cinzenta do GAFI em 2025. As próprias autoridades moçambicanas alertam para o risco de regresso à lista cinzenta caso as reformas se limitem a acções pontuais e superficiais em vez de mudanças estruturais, incluindo recuperação de activos.[40] O mesmo risco aplica-se, com maior gravidade, à renegociação da dívida, caso as reformas adoptadas se limitem a sinalizar boa vontade a doadores e credores, sem se traduzirem numa reorganização real do orçamento a favor dos sectores sociais. Renegociação, por si só, não liberta recursos para os sectores sociais. Tal precisa de intenção. Um alívio que não esteja ligado a uma reorganização do orçamento levará ao mesmo tipo de reabsorção, tal como aconteceu após o alívio da HIPC.

3. Proteger legalmente a despesa social

A receita tem de ser reorientada para as necessidades sociais do país, incluindo a mitigação das uniões prematuras e da gravidez precoce, em vez de ser aplicada numa economia que gira em torno do serviço da dívida. A renegociação deve, por isso, estar ligada a uma reorientação para o que o orçamento deve sempre proteger. Em vez de medidas paliativas, transferências de emergência, ou soluções dependentes dos doadores, o Estado deve investir em programas sociais estruturais, capazes de substituir

---

[36] Mosca, J. (2024, 4 de Março). *A asfixia propositada do empresariado nacional* (Destaque Rural n.º 263). Observatório do Meio Rural. https://omrmz.org/wp-content/uploads/2024/03/DR-264-2.pdf.

[37] Vide: Castel-Branco, C. & Massarongo, F. (2016b). Cenários, opções e dilemas de política face à ruptura da bolha económica (IDeIAS n.º 88). IESE. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf.

[38] International Monetary Fund. (2026). Republic of Mozambique: 2025 Article IV Consultation — Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Mozambique (IMF Country Report No. 26/45). International Monetary Fund.

[39] Bloomberg. (2026, 1 de Abril). *Mozambique surprises by paying $700 million IMF debt early*. https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-04-01/mozambique-fully-repaid-701-million-imf-debt-early-bank-says

[40] AML Alliance. (2025, 24 de Outubro). *Mozambique: Anti-money laundering plan aims to avoid return to FATF grey list*. Lusa. https://www.aman-alliance.org/Home/ContentDetail/102939

o que os doadores, em retirada, financiavam. Um mecanismo possível seria impor um tecto ao serviço da dívida como proporção da receita do Estado, protegendo legalmente a despesa social — invertendo a hierarquia actual, em que os credores são servidos primeiro e a despesa social absorve o que resta. Naturalmente, a economia precisa de ser estimulada, para aumentar a receita do estado, dando-lhe ainda mais possibilidade de expandir a base tributária.

4. Priorizar a despesa social na prática

Priorizar a despesa social exige, no mínimo, quatro frentes distintas. Primeiro, salários dignos e pagos a tempo, incluindo os subsídios já em atraso, aos trabalhadores nos sectores sociais. Tal exige liquidez nos cofres do Estado, que é escassa neste momento. Segundo, travar a captura da despesa pública por elites políticas antes mesmo de esta chegar aos sectores sociais. Tal exige despartidarização do acesso a subsídios, bem como uma maior transparência e escrutínio público sobre quem beneficia da alocação orçamental. Tal inclui uma fiscalização independente que impeça a prioridade sistemática dada a benefícios dirigidos a elites, ou pessoas a elas ligadas, em detrimento do financiamento das camadas mais vulneráveis. Este tem sido um ponto de exigência nas greves e levantamentos populares. Terceiro, melhorar a eficiência da execução dos programas de proteção social, reduzindo os custos administrativos que absorvem parte do já limitado orçamento social e simplificando os processos entre a alocação orçamental e o desembolso efectivo aos beneficiários. Quarto, estabelecer um financiamento dedicado especificamente à aplicação da legislação já existente sobre uniões prematuras e gravidez precoce, que hoje apenas existe no papel, mas carece cronicamente de alocação de recursos para o seu cumprimento. A estas quatro frentes acrescenta-se uma quinta, transversal a todas: estabelecer esforços para uma redução deliberada da dependência de doadores, já que essa dependência é uma fonte de vulnerabilidade aguda, com o potencial de exacerbar as constantes crises que sistematicamente afectam o país. Esta redução, note-se, já está em curso ao nível do orçamento geral do Estado,[41] mas não se reflecte onde mais importa. Os sectores sociais continuam perigosamente dependentes de doadores, com o Estado a optar por canalizar a sua capacidade fiscal para a massa salarial e o serviço da dívida, em vez de cobrir os custos de componentes críticas da saúde, educação e protecção social de onde o financiamento externo se está a retirar.

[41] Mucocana, M. (2026, 18 de Junho). *Finanças públicas de Moçambique entre 2015 e 2024* (Destaque Rural n.º 378). Observatório do Meio Rural. https://omrmz.org/wp-content/uploads/2026/06/DR-378-Financas-Publicas-1-1.pdf